

Dívida: acordo sobre juros está pronto

Só falta a concordância de dois bancos, das mais de 20 instituições integrantes do Comitê dos Bancos Credores do País, para que seja assinado o acordo sobre os juros em atraso da dívida brasileira.

Segundo informou Joel Korn, Vice-Presidente do Bank of America — segundo maior credor privado do País — do total em atraso (juros correspondentes ao período de julho de 1989 a dezembro de 1990), que atinge cerca de US\$ 8,5 bilhões, o Brasil, pelo acordo, pagará US\$ 2 bilhões ainda este ano — US\$ 1 bilhão de imediato e o outro US\$ 1 bilhão em parcelas mensais. Os restante será financiado através da emissão de bônus, sendo pago ao longo de dez anos, com amortizações semestrais após três anos de carência.

As taxas anuais de juros sobre esses bônus, nos primeiros três anos (quando estiver em vigor a carência) serão fixas: 7,1316% no primeiro ano, 8,375% no segundo e 8,75% no terceiro. Daí em diante, isto é, quando começar a amortização dos bônus, a taxa será flutuante e corresponderá à

Externa
Libor (taxa de referência do mercado financeiro de Londres) mais 0,8125%, com o máximo de 7,7% no primeiro ano, de 8,2% no segundo e de 8,7% no terceiro.

A amortização será feita em parcelas de 1% dos US\$ 6,5 bilhões transformados em bônus, no primeiro ano e meio; de 2% do quarto ao sexto semestre; de 4% no sétimo; de 8,5% do oitavo ao décimo; e de 12,3% do décimo ao décimo quinto. Quando vencerem, os bônus estarão integralmente quitados, nada mais restando a pagar.

O Comitê representa mais de 300 bancos privados, que no entanto não precisam ser consultados para que o acordo seja assinado, pois no que diz respeito a juros o Comitê tem autonomia para decidir — ao contrário do que ocorre quando se trata de contratos referentes ao principal da dívida.

Joel Korn considera que as condições do acordo são ótimas para o Brasil, que a partir da assinatura deverá começar a recuperar acesso ao crédito junto

à comunidade financeira internacional. Para o Vice-Presidente do Bank of America, o acordo deverá também acabar com o impasse criado em torno do empréstimo de US\$ 350 milhões ao

País concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que foi bloqueado por pressões dos países integrantes do Grupo dos Sete, que reúne as nações mais desenvolvidas.